



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
DIRETORIA LEGISLATIVA

LEI N. 2.529, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
(DOM 04.11.2019 – N. 4.713, ANO XX)

INCLUI, na estrutura básica da Educação do Município, a Creche Municipal Prof.^a Maria do Socorro Lima da Silva.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica incluída, na estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a Creche Municipal Prof.^a Maria do Socorro Lima da Silva, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 04 de novembro de 2019.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM de 04.11.2019 – Edição n. 4.713, Ano XX.

ANEXO ÚNICO

N. de ordem	Estabelecimento de Ensino	Endereço	N. de salas	Nível
01	Creche Municipal Prof. ^a Maria do Socorro Lima da Silva	Rua dos Paraibanos, s/n. – Cidade de Deus	9	II



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, segunda-feira, 4 de novembro de 2019.

Ano XX, Edição 4713 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI Nº 2.528, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE sobre os cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal da Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas (FDT) e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica reestruturado o quadro de pessoal da Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas (FDT) para que os cargos de Procurador Fundacional, Analista Municipal e Técnico Municipal já existentes, todos de provimento efetivo, com as suas respectivas áreas e especialidades, passem a ter seus quantitativos de vagas, seus requisitos, suas principais atribuições, vencimento, gratificação de exercício do cargo e área de atuação especificados, exclusivamente, no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Compete à FDT todos os atos inerentes à realização de concurso público, de provas ou de provas e títulos, para o provimento de seus cargos efetivos, inclusive o de homologação.

Art. 2.º São considerados em extinção, no âmbito do quadro de pessoal da FDT, os cargos a seguir especificados, constantes no Anexo Único da Lei n. 1.520, de 13 de outubro de 2010, com as modificações da Lei n. 2.298, de 19 de março de 2018:

- I – Analista Municipal: Área/Médica: Especialidade – Dermatologia;
- II – Analista Municipal: Área/Assistencial: Especialidade – Nutrição e Dietética;
- III – Técnico Municipal: Área/Operacional: Especialidade – Apoio de Copa e Cozinha;
- IV – Técnico Municipal: Área/Operacional: Especialidade – Lavanderia;
- V – Técnico Municipal: Área/Operacional: Especialidade – Preparo de Alimentos;
- VI – Técnico Municipal: Área/Operacional: Especialidade – Cuidados com Idosos; e
- VII – Técnico Municipal: Área/Assistencial: Especialidade – Supervisão Nutricional.

Parágrafo único. Os cargos tratados neste artigo que se encontrem providos na data de publicação desta Lei serão extintos automaticamente à medida que se tornarem vagos, sem prejuízo de vencimentos, direitos e vantagens dos atuais ocupantes.

Art. 3.º O cargo denominado Analista Municipal – Área – Jurídica Especialidade: Assessoria Jurídica passa a ter a nomenclatura de Procurador Fundacional, cargo privativo de bacharel em direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ao qual é assegurado o regular e pleno exercício da advocacia, ressalvados os impedimentos e incompatibilidades expressamente previstos na Lei Federal n. 8.906, de 4 de julho de 1994, mantendo-se inalterados todos os requisitos, atribuições e carga horária já estabelecidos, conforme consta no Anexo único desta Lei.

§ 1.º Os honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário, ou pagos administrativamente, em ações de qualquer natureza em que a FDT seja parte ou interessada, constituem encargo do devedor e serão recolhidos, rateados e distribuídos em partes iguais a todos os seus procuradores, sendo vedada qualquer forma de discriminação quanto ao gozo desse direito.

§ 2.º Aos Procuradores Fundacionais da FDT, além de outros direitos, garantias e vantagens que lhes forem conferidos, é devida a Gratificação de Procuratório no valor equivalente a cinquenta Unidades Fiscais do Município (UFMs).

Art. 4.º A FDT poderá firmar convênio ou instrumento congênere com a Prefeitura Municipal de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Sems), para a promoção de ações e serviços públicos de saúde, com o uso de instalações, equipamentos e/ou recursos humanos, a ser regulamentado por decreto ou ato da Administração.

Art. 5.º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à FDT.

Art. 6.º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto nos artigos 167, inciso II, e 169 da Constituição Federal e demais normas pertinentes.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Ficam revogadas as Leis n.1.520, de 13 de outubro de 2010, e a Lei n. 2.298, de 19 de março de 2018.

Manaus, 04 de novembro de 2019.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

ANEXO ÚNICO

ANALISTA MUNICIPAL (NÍVEL SUPERIOR)

CARGO: ANALISTA MUNICIPAL

ÁREA: ADMINISTRATIVA

ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

VENCIMENTO: R\$ 464,28 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos)

GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DO CARGO II:

R\$ 3.975,79 (três mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

QUANTIDADE DE CARGOS: 2

CARGA HORÁRIA: 40 horas

REQUISITOS DO CARGO: curso superior completo em Administração, comprovado por meio de Diploma expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Registro no Conselho de Classe. Aptidão física e mental para realizar todas as atribuições do cargo.

LEI Nº 2.529, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

INCLUI, na estrutura básica da Educação do Município, a Creche Municipal Prof.^a Maria do Socorro Lima da Silva.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica incluída, na estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a Creche Municipal Prof.^a Maria do Socorro Lima da Silva, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 04 de novembro de 2019.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

ANEXO ÚNICO

N. de ordem	Estabelecimento de Ensino	Endereço	N. de salas	Nível
01	Creche Municipal Prof. ^a Maria do Socorro Lima da Silva	Rua dos Paraibanos, s/n. – Cidade de Deus	9	II

DECRETO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora abaixo identificada;

CONSIDERANDO os termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus;

CONSIDERANDO a manifestação da Junta Médico – Pericial do Município-JMPM, que defere a solicitação de Readaptação de Função Temporária por 180 (cento e oitenta) dias;


CONSIDERANDO a ciência do Subsecretário de Gestão Administrativa e Planejamento, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;


CONSIDERANDO o Despacho da Divisão de Acompanhamento de Pessoal e Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 5.409/2019 – SEMAD e o que consta nos autos do Processo nº 2019/01/0056, **resolve**

CONSIDERAR READAPTADA, no período de 25-06 a 21-12-2019, em função compatível com sua capacidade física, nos termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 1.118, de 01 de setembro de 1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a servidora **ALDEMIRIA ALMEIDA DO NASCIMENTO**, do cargo de AS – Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 077.153-8 B, no quadro de pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA**.

Manaus, 04 de novembro de 2019.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DECRETO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora abaixo identificada;

CONSIDERANDO os termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus;

CONSIDERANDO a manifestação da Junta Médico – Pericial do Município-JMPM, que defere a solicitação de Readaptação de Função Temporária por 180 (cento e oitenta) dias;

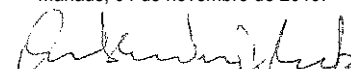
CONSIDERANDO a ciência do Subsecretário de Gestão Administrativa e Planejamento, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;

CONSIDERANDO o Despacho da Divisão de Acompanhamento de Pessoal e Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 5.409/2019 – SEMAD e o que consta nos autos do Processo nº 2019/1637/3847, **resolve**

CONSIDERAR READAPTADA, no período de 08-08-2019 a 03-02-2020, em função compatível com sua capacidade física, nos termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 1.118, de 01 de setembro de 1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a servidora **MARIA NIRLEY ROBERTO MONTEIRO**, do cargo de AS – Auxiliar de Patologia Clínica, matrícula nº 131.471-8 A, no quadro de pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA**.

Manaus, 04 de novembro de 2019.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DECRETO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora abaixo identificada;

CONSIDERANDO os termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus;